



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005824-95.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **MARLON UNPLES TONI DA SILVA**
Requerido: **JOSÉ ROBERTO DE CERQUEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

O autor sustenta que conduzia uma motocicleta pela Av. Bruno Ruggiero, enquanto o réu transitava na mesma via pública, na faixa direita e em idêntico sentido de direção, para em seguida de forma repentina mudar para a faixa esquerda de tráfego com o propósito de fazer a conversão para retornar para pista de sentido contrário, destacou que com a manobra imprudente o réu interceptou a trajetória do seu veículo, colidindo contra a lateral direita de sua motocicleta.

Postula o ressarcimento pelos danos havidos na motocicleta.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O réu, de sua parte, reconheceu que dirigia um automóvel pela Av. São Carlos, trafegando por ela durante aproximadamente 50m; reconheceu ainda que estava à procura de uma vaga para estacionar, mas ressaltou que já se encontrava na faixa esquerda e com a sinalização – seta – acionada; ao avistar uma vaga, iniciou a manobra de frente para ingressar nela e quando a terminava foi abalroada pela motocicleta “na sua lateral esquerda exatamente no final, atingindo também a parte traseira do carro” (fl. 22, 3º parágrafo).

O ré em contestação apresentada na audiência de tentativa de conciliação limitou-se a isentar-se de culpa pelo ocorrido, oferecendo proposta de acordo que não foi aceita pelo autor.

Com efeito, é incontroverso que na oportunidade o ré dirigia um automóvel com o objetivo de deslocar-se para lado esquerdo da via pública em que se encontrava.

Tal manobra à evidência impunha a ele redobrada cautela para encetá-la porque importava em princípio na redução de velocidade e ato contínuo na mudança de faixa para viabilizar a manobra.

A ré, porém, assim não obrou.

A conjugação desses elementos deixa claro que a versão do autor merece acolhimento, concluindo-se que o réu efetivamente realizou manobra imprudente ao tentar mudar de faixa sem as devidas cautelas e interceptando a trajetória do autor.

Com efeito, sendo incontroverso que o réu na oportunidade encetou conversão à esquerda, conclui-se que a situação posta é disciplinada pelos arts. 34, 35 e 38 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõem:

Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.

Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos.

Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:

I – ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível;

II- ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido".

É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de manobra:

"Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la" ("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644).

A reparação pelos danos da motocicleta do autor é portanto de rigor, observando-se que não houve impugnação aos orçamentos apresentados e aos valores neles inseridos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à primeira autora a quantia de R\$ 2.700,00, acrescida as somas de correção monetária, a partir da data do acidente, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 06 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA